

EMPRESAS

NEGÓCIOS E EMPRESAS EMPRESAS - 25 de outubro de 2017

As coisas mudam

O vilipêndio da Eletrobrás e/ou de suas subsidiárias, poderia ter sido culminado pela nefasta MP 579, mas, o processo teve fases constantes

Há muitas décadas vi um filme que muito me fez refletir sobre a evolução de conceitos, da nossa própria vida, das



ARTIGO
ABEL HOLTZ, CONSULTOR
Consultor

condições preexistentes e de nossas realizações. No enredo uma complexa situação é interpretada por interessados diversos à sua forma e o amago do “imbróglio” é esquecido e torna-se insolúvel pela perda da sua essência.

Mas, focando a evolução e a mudança de cenários e posturas do nosso setor elétrico não podemos de forma alguma, deixar para qualquer plano, o papel que vem exercendo a Eletrobrás ao longo de sua existência, quer como empresa na evolução do setor elétrico brasileiro – administrando o GCOI ou o GCPS -, como na formação de competentes técnicos e na construção do nosso robusto e eficiente setor elétrico, um dos mais eficientes e complexos em todo o mundo.

Mas é chegada a hora de compatibilizar o patrimônio representado pela empresa e a suas subsidiárias, a realidade da era da internet e a própria saúde da empresa que foi vilipendiada por ações de governos quer pela interferência nefasta, quer pela interrupção de processos que deveriam lhes trazer sucessos mais importantes ou tão importantes, como foram aqueles da área de telecomunicações ou de mineração. Mas temos a oportunidade de preservar este patrimônio nacional.

O vilipêndio da Eletrobrás e/ou de suas subsidiárias, poderia ter sido culminado pela nefasta MP 579, mas, o processo teve fases constantes: como por exemplo, ser obrigada mandatoriamente pelo Governo Federal, seu acionista controlador, a participar em mais de 150 Empresas de Proposito Especifico (onde a sigla em inglês

seria SPE's), para viabilizar projetos de geração ou transmissão rejeitados pela lógica financeira, e que somente foram viáveis com esta participação; de ser majoritária, diretamente ou através de suas subsidiárias, em empreendimentos para propiciar "tarifas sociais", como na hidrelétrica de Belo Monte, ou ainda, na obrigação de administrar fundos setoriais sem a "expertise" necessária. Tudo isto, sem o acordo ou participação na decisão, dos acionistas minoritários, mesmo aqueles estrangeiros, dadas a que, suas ações são comercializadas nas Bolsas de Valores de Nova York e Madri. Estes seguramente irão judicializar o tema nas diferentes cortes.

A realidade aqui referida demonstra que o setor elétrico é um exemplo da intervenção do estado na economia do Brasil, cujo efeito nem sempre ou quase sempre, não permite resultados positivos mesmo no longo prazo, fato que pode ser avaliado com o equívoco que foi a federalização das distribuidoras deficitárias de alguns estados, para prepara-las para serem privatizadas e "empurradas" para a Eletrobrás até que fossem a leilão. E o processo parou por aí. Mas, o "pepino" ficou com a empresa Eletrobrás.

E, pior, as distribuidoras em questão não mais poderiam ser consideradas empresas concessionárias e sim prestadoras de serviço em nome da União, e não poderiam ser privatizadas, o Poder Concedente poderia até fazer a licitação das suas áreas de distribuição de forma independente, e sem dúvida, não mais poderiam privatizar as empresas referidas porque não teriam mais a área de concessão. Entretanto, estas empresas poderiam até participar na licitação das áreas de distribuição em igualdade de condições a outros interessados, mas, não foi o ocorreu. Ao final o "preju" ficou com a Eletrobrás e o peso é carregado até nossos dias.

Relembre-se que as crises, na empresa Eletrobrás, tiveram seu início vamos dizer na década de 80, e daí em diante, vêm se agravando. Somente agora com uma independência gerencial maior é que esta havendo uma reação e descortinando os problemas que afetam a saúde da empresa. Os problemas são muitos, de natureza diversa e em grande espectro de atividades. A solução para uma maior participação de conceitos de sucesso na iniciativa privada é mais importante para a empresa e para o setor elétrico, que o aprimoramento pretendido para o Modelo do Setor.

O aprimoramento do Modelo do Setor em meio à crise hidrológica, levando a incrementos de custos de energia para o consumidor tem uma complexidade de difícil percepção para o consumidor. E esta crise hidrológica por diminuição de chuvas, pode ser um dos problemas, outros podem estar ligados a necessária

atualização da energia assegurada das nossas hidrelétricas ou a um melhor uso dos volumes acumulados em seus reservatórios com a participação das térmicas operando na base em apoio e complementação à demanda.

Em todo este contexto cabe o registro que os agentes do setor buscam de forma isolada a defesa seus interesses setoriais e a equalizam dos interesses comuns é difícil e muitas das vezes incompreendido e judicializado para prosseguir na parte e não no conjunto de interesses que seriam comuns.

Como ressaltado pela administração atual de setor as mudanças estruturais em curso visam criar um ambiente de investimentos onde a iniciativa privada sinta-se desafiada a participar em novos empreendimentos no setor em atendimento a demanda futura, pois, o Governo não tem mais condições de investir, nem usar a Eletrobrás para mascarar esta incapacidade de investimento, a eficiência ou sua ausência, está escancarada pela tecnologia e tem que ser perseguida; as amarras impostas a empresa impactam nos seus custos operacionais e diminuem sua competitividade. Isto tem que acabar.

Registre-se que ao lado desta realidade da empresa líder do setor cabe ressaltar que as crises são cíclicas, podendo ocorrer em todo o setor elétrico e têm sido agravadas nos últimos anos. A Eletrobrás será um dos “players” mais capacitados a competir na nova realidade do setor dado a sua história e competência. Agora, precisamos torna-la uma empresa moderna, independente de interferências políticas ou de governos e financeiramente saudável.